

ENSINO E FORMAÇÃO EM ENFERMAGEM: DESAFIOS PARA A INCORPORAÇÃO DO DEBATE SOBRE GÊNERO E DIVERSIDADE

TEACHING AND EDUCATION IN NURSING: CHALLENGES FOR INCORPORATING THE DEBATE ON GENDER AND DIVERSITY

ENSEÑANZA Y FORMACIÓN EN ENFERMERÍA: DESAFÍOS PARA LA INCORPORACIÓN DEL DEBATE SOBRE GÉNERO Y DIVERSIDAD

Sandra Rangel de Oliveira¹
Rodrigo Toledo²

RESUMO: O presente estudo teve como objetivo compreender as percepções de docentes do curso de Enfermagem acerca das temáticas de diversidade sexual e de gênero, tomando como referencial que o curso tem como direcionamento uma atuação que visa promover o respeito e cuidados à todas as pessoas atendidas. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa e exploratória, realizada com docentes de Enfermagem de uma instituição privada de ensino superior. Para a coleta de dados utilizou-se questionário on-line composto por questões objetivas e dissertativas. Os resultados foram organizados em cinco categorias temáticas e, em sua maioria, os participantes reconhecem a relevância da temática para a formação acadêmica e para o desenvolvimento de práticas educativas mais inclusivas no curso de Enfermagem. Entretanto, os dados também indicaram a permanência de lacunas formativas relacionadas à abordagem da diversidade sexual e de gênero no contexto do ensino superior em saúde. Além disso, parte dos docentes demonstrou insegurança quanto ao desenvolvimento de estratégias pedagógicas inclusivas voltadas ao trabalho com a temática na formação em Enfermagem. Os achados reforçam a importância de ampliar discussões e ações formativas voltadas à diversidade sexual e de gênero nos cursos de graduação. Dessa maneira, concluiu-se que os resultados apresentados evidenciam a necessidade de aprofundar o debate sobre diversidade sexual e de gênero na formação em saúde, considerando a importância da qualificação docente para o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais seguras, coerentes e alinhadas às demandas contemporâneas do ensino superior em Enfermagem e às discussões sobre direitos humanos na atualidade.

Palavras-chave: LGBTQIAPN+. Enfermagem. Educação Superior. Ensino. Formação Docente.

¹ Mestre em Inovação no Ensino em Saúde. Professora, Coordenadora de Estágios e Responsável Técnica da Faculdade Prof. Dr. Cleber Leite (FCL).

² Doutor em Educação: Psicologia da Educação. Professor do curso de Psicologia, pesquisador e professor orientador no Programa de Mestrado Profissional em Educação (PPGE-USCS), no Programa de Mestrado Profissional em Inovação no Ensino em Saúde (PPGES-USCS) da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS). Professor do curso de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

ABSTRACT: The aim of this study was to understand the perceptions of nursing course lecturers regarding the issues of sexual and gender diversity, bearing in mind that the course is designed to foster a practice that promotes respect and care for all those receiving care. This is a qualitative and exploratory study, conducted with nursing lecturers at a private higher education institution. Data were collected using an online questionnaire comprising multiple-choice and open-ended questions. The results were organised into five thematic categories, and many participants recognised the relevance of the topic to academic training and to the development of more inclusive educational practices within the Nursing programme. However, the data also indicated the persistence of training gaps related to the approach to sexual and gender diversity in the context of higher education in health. Furthermore, some of the lecturers expressed uncertainty regarding the development of inclusive pedagogical strategies aimed at addressing the topic in nursing education. The findings reinforce the importance of expanding discussions and training initiatives focused on sexual and gender diversity in undergraduate programmes. It was therefore concluded that the findings presented highlight the need to further the debate on sexual and gender diversity in health education, given the importance of staff training in developing teaching practices that are more reliable, consistent and aligned with the contemporary demands of higher education in nursing and with current discussions on human rights.

Keywords: LGBTQIAPN+. Nursing. Higher Education. Teaching. Teacher Training.

RESUMEN: El presente estudio tuvo como objetivo comprender las percepciones del profesorado del grado de Enfermería sobre los temas de la diversidad sexual y de género, partiendo de la premisa de que el programa está orientado hacia una práctica profesional que busca promover el respeto y la atención a todas las personas atendidas. Se trata de una investigación de carácter cualitativo y exploratorio, realizada con profesores de Enfermería de una institución privada de enseñanza superior. Para la recopilación de datos se utilizó un cuestionario en línea compuesto por preguntas de respuesta múltiple y de desarrollo. Los resultados se organizaron en cinco categorías temáticas y, en su mayoría, los participantes reconocen la relevancia del tema para la formación académica y para el desarrollo de prácticas educativas más inclusivas en el programa de Enfermería. Sin embargo, los datos también indicaron la persistencia de lagunas formativas relacionadas con el enfoque de la diversidad sexual y de género en el contexto de la enseñanza superior en el ámbito de la salud. Además, parte del profesorado mostró inseguridad respecto al desarrollo de estrategias pedagógicas inclusivas orientadas al trabajo con esta temática en la formación en Enfermería. Los resultados refuerzan la importancia de ampliar los debates y las acciones formativas centradas en la diversidad sexual y de género en los programas de grado. De este modo, se llegó a la conclusión de que los resultados presentados ponen de manifiesto la necesidad de profundizar en el debate sobre la diversidad sexual y de género en la formación sanitaria, teniendo en cuenta la importancia de la cualificación del profesorado para el desarrollo de prácticas pedagógicas más seguras, coherentes y acordes con las exigencias actuales de la enseñanza superior en Enfermería y con los debates sobre derechos humanos en la actualidad.

Palabras clave: LGBTQIAPN+. Enfermería. Educación superior. Enseñanza. Formación del profesorado.

INTRODUÇÃO

A inclusão das temáticas relacionadas à diversidade sexual e de gênero no ensino superior tem se consolidado como uma demanda emergente no cenário contemporâneo, especialmente no campo da saúde. Tal movimento está diretamente associado à ampliação do

debate sobre direitos humanos, equidade e integralidade do cuidado, princípios fundamentais do Sistema Único de Saúde (SUS).

No Brasil, a implementação da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSILGBTT) representa um marco nesse processo, ao reconhecer as especificidades dessa população e propor diretrizes para a qualificação da assistência (Brasil, 2013). Contudo, apesar dos avanços normativos, persistem lacunas significativas na formação dos profissionais de saúde, evidenciando um distanciamento entre as diretrizes políticas e a prática educacional.

Nos últimos anos, a produção científica nacional evidencia um crescimento das discussões acerca da diversidade sexual e de gênero na formação em saúde, embora ainda de forma incipiente e desigual entre as instituições de ensino. Estudos recentes apontam que a abordagem dessas temáticas nos currículos de graduação em enfermagem permanece, em grande parte, fragmentada, pontual e pouco sistematizada, comprometendo a construção de competências voltadas ao cuidado inclusivo (Domene e Miskolci, 2022; Silva e Rasera, 2024). Além disso, a literatura destaca a persistência de barreiras institucionais, culturais e pedagógicas que dificultam a inserção efetiva do tema, incluindo a ausência de diretrizes curriculares específicas, a limitação de conteúdos transversais e a insuficiência de estratégias pedagógicas voltadas à diversidade.

3

Nesse contexto, destaca-se o papel central do docente como mediador do processo ensino-aprendizagem e agente fundamental na construção de ambientes educacionais inclusivos. No entanto, evidências apontam que muitos professores da área da saúde não se sentem preparados para abordar questões relacionadas à diversidade sexual e de gênero, especialmente no que se refere à gestão de conflitos, à utilização de linguagem inclusiva e à condução de situações que envolvem preconceito e discriminação no ambiente acadêmico, como ressaltam Ferreira e Nascimento (2022).

Para Silva e Almeida (2023), essa lacuna formativa está frequentemente associada à ausência de capacitação específica durante a formação inicial e à limitada oferta de educação permanente voltada a essa temática, repercutindo diretamente na qualidade da formação dos estudantes e, conseqüentemente, na assistência prestada à população LGBTQIAPN+.

A consolidação do direito à saúde no Brasil, ancorada nos princípios do SUS de universalidade, integralidade e equidade, tem sido tensionada pelas desigualdades históricas que atravessam determinados grupos sociais, entre eles a população LGBTQIAPN+. Apesar da instituição da PNSILGBTT, persistem obstáculos estruturais, simbólicos e formativos que

comprometem a efetivação desses princípios na prática cotidiana dos serviços de saúde (Brasil, 2013).

No âmbito da formação em saúde, e particularmente na Enfermagem, tais desafios tornam-se ainda mais evidentes. A literatura recente, como os estudos de Silva e Almeida (2023), Carvalho et al. (2024) e Lima et al. (2024), aponta que a abordagem da diversidade sexual e de gênero nos currículos permanece fragmentada e insuficiente, impactando diretamente na construção de competências profissionais voltadas ao cuidado inclusivo. Soma-se a isso a permanência de uma lógica cisheteronormativa nos processos formativos, que invisibiliza demandas específicas e contribui para a reprodução de práticas excludentes nos serviços de saúde.

Entretanto, para além das evidências teóricas, a problemática desta pesquisa emerge concretamente a partir da vivência profissional da pesquisadora como docente na graduação em Enfermagem. Como apontam Silva e Almeida (2023), no cotidiano acadêmico, observa-se que muitos docentes apresentam dificuldades conceituais relacionadas à identidade de gênero e orientação sexual, além de insegurança na condução de situações que envolvem estudantes LGBTQIAPN+.

Evidenciam-se, ainda, lacunas na mediação de conflitos, no uso de linguagem inclusiva e na abordagem pedagógica do tema, revelando fragilidades na formação docente e na educação permanente. Essa realidade vivenciada no contexto educacional não somente compromete o processo de ensino-aprendizagem, mas também pode contribuir para a reprodução de violências institucionais, estigmas e práticas discriminatórias. Tais fragilidades repercutem diretamente na formação dos futuros profissionais de enfermagem, como apontam Silva e Almeida (2023), que podem ingressar no mercado de trabalho sem preparo adequado para atender às especificidades da população LGBTQIAPN+, impactando negativamente o acesso, a qualidade e a humanização do cuidado em saúde.

Nesse sentido, a atuação docente assume papel estratégico na articulação entre políticas públicas, produção de conhecimento e práticas de cuidado. Contudo, ainda é incipiente a compreensão de como os docentes incorporam — ou deixam de incorporar — a discussão sobre diversidade sexual e de gênero em sua prática pedagógica, bem como quais são as repercussões dessa lacuna na formação profissional.

Diante desse cenário, evidencia-se uma tensão entre os avanços normativos no campo dos direitos humanos e da saúde e a persistência de lacunas formativas no ensino superior. É nesse contexto que se insere a presente investigação, orientada pela seguinte questão norteadora:

Como a discussão sobre diversidade sexual e de gênero é compreendida, incorporada e operacionalizada pelas instituições de ensino superior e na prática docente dos cursos de graduação em Enfermagem?

Dessa maneira, nesta pesquisa busca-se compreender de que maneira essa incorporação pode contribuir para a formação de profissionais capazes de ofertar um cuidado qualificado, ético e equitativo à população LGBTQIAPN+.

Para tanto, justifica-se a realização desta pesquisa, pois a formação de profissionais de enfermagem aptos a atender de forma inclusiva e equitativa diferentes grupos populacionais constitui um requisito fundamental para a garantia dos direitos humanos e da cidadania. Nesse sentido, a ausência de debates estruturados e conteúdos relacionados à diversidade sexual e de gênero no ensino superior contribui para a perpetuação de estigmas, preconceitos e práticas discriminatórias no âmbito da assistência à saúde da população LGBTQIAPN+.

Ao compreender as percepções e os níveis de conhecimento dos docentes, permite-se propor intervenções pedagógicas que fortaleçam práticas inclusivas, críticas e transformadoras no processo formativo. Além disso, este estudo dialoga diretamente com políticas públicas, como a PNSILGBT (Brasil, 2013), bem como com diretrizes educacionais que preconizam a promoção da equidade, da integralidade do cuidado e do respeito à diversidade no ensino em saúde.

5

Ao investigar a prática docente em Enfermagem, a pesquisa contribui para o aprofundamento da compreensão dos processos formativos e de suas implicações ético-políticas, evidenciando como as lacunas na formação repercutem na assistência prestada. Nesse contexto, a atuação docente configura-se como elemento central na mediação entre conhecimento científico, políticas públicas e práticas de cuidado. Do ponto de vista social, o estudo assume relevância ao responder a uma demanda concreta e urgente: a qualificação da atenção em saúde à população LGBTQIAPN+. A persistência de práticas discriminatórias e de barreiras de acesso aos serviços de saúde evidencia que os avanços normativos ainda não se traduziram plenamente em práticas efetivas.

Dessa forma, ao explicitar as fragilidades formativas e suas repercussões, a pesquisa busca contribuir para: i) o enfrentamento da violência institucional nos serviços de saúde; ii) a ampliação do acesso e da qualidade da assistência; iii) a efetivação dos princípios do SUS, especialmente a equidade; iv) a redução de desigualdades sociais historicamente produzidas e reproduzidas no campo da saúde.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

No campo da diversidade sexual e de gênero, a compreensão dos conceitos e das nomenclaturas que estruturam esse debate constitui um elemento fundamental para a qualificação da formação em saúde. O conceito de gênero refere-se às construções sociais, culturais e históricas associadas aos papéis de masculino e feminino, distinguindo-se do sexo biológico, que diz respeito às características anatômicas, hormonais e genéticas do corpo. A identidade de gênero, por sua vez, corresponde à forma como o sujeito se reconhece e se percebe, enquanto a expressão de gênero se manifesta socialmente por meio da linguagem, comportamento e aparência.

Embora esses conceitos estejam amplamente consolidados em estudos como os de Louro (2008), os autores afirmam que a sua incorporação na formação em saúde ainda ocorre de maneira fragmentada e superficial. Domene e Miskolci (2022) e Silva e Rasera (2024) apontam que a presença desses conteúdos nos currículos não garante, por si só, a transformação das práticas, especialmente quando não há articulação entre teoria, prática pedagógica e realidade dos serviços de saúde.

No que se refere à diversidade sexual, compreendida como a pluralidade das orientações afetivo-sexuais, observa-se que, apesar do avanço de políticas públicas como a PNSILGBTT (Brasil, 2013), persistem barreiras institucionais, culturais e formativas que dificultam a efetivação de um cuidado integral. Estudos recentes evidenciam que profissionais de saúde ainda apresentam insegurança no atendimento a essa população, refletindo lacunas na formação inicial e continuada (Lima et al., 2024).

Dessa forma, evidencia-se uma contradição importante: enquanto há avanços normativos e conceituais, sua tradução em práticas formativas e assistenciais permanece incipiente. Tal cenário reforça a necessidade de analisar não somente a presença dos conteúdos, mas a forma conforme incorporados nos processos pedagógicos e na atuação docente.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Enfermagem e a formação de professores

A educação inclusiva configura-se como um processo contínuo de identificação e superação de barreiras à aprendizagem e à participação, ampliando-se para além das questões relacionadas à deficiência e incorporando dimensões culturais, sociais, étnico-raciais, de gênero e de sexualidade. Nessa perspectiva, a inclusão não se limita ao acesso, mas implica a construção

de condições institucionais, pedagógicas e relacionais que assegurem a permanência, o reconhecimento e a participação efetiva dos sujeitos em sua diversidade.

Essa concepção dialoga diretamente com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para os cursos de Enfermagem (Brasil, 2001), que definem o perfil do egresso como um profissional generalista, crítico e reflexivo, comprometido com a integralidade do cuidado, a equidade e a responsabilidade social. Ao ampliar o papel do enfermeiro para além da dimensão técnico-assistencial, incorporando funções educativas, gerenciais e políticas, as DCNs criam condições normativas para uma formação orientada pelos princípios da inclusão e da garantia de direitos.

As Diretrizes Curriculares Nacionais (Brasil, 2001) definem o perfil do egresso de enfermagem como um profissional generalista, crítico, reflexivo e comprometido com a promoção da saúde integral, pautado em princípios éticos e na responsabilidade social. Essa concepção amplia o papel do enfermeiro para além da dimensão técnico-assistencial, incorporando funções educativas, gerenciais e políticas. No entanto, ao analisar a formação sob a perspectiva da diversidade sexual e de gênero, observa-se que, embora as DCNs enfatizem a integralidade e o respeito à diversidade, não apresentam diretrizes explícitas e sistematizadas para a abordagem dessas temáticas.

Vieira et al. (2020), ao analisar as Diretrizes Curriculares Nacionais à luz das discussões contemporâneas sobre diversidade, observam uma lacuna importante: embora haja ênfase na integralidade e no respeito à diversidade, não há uma explicitação sistemática sobre como abordar, no currículo, questões relacionadas à identidade de gênero, orientação sexual e às demandas específicas da população LGBTQIAPN+. Tal ausência contribui para a manutenção de uma abordagem restrita da inclusão, frequentemente limitada à deficiência, como evidenciam estudos recentes, como apontam Dantas et al. (2023).

No contexto do ensino superior em saúde, essa lacuna se torna particularmente crítica. A formação profissional que não incorpora de maneira estruturada essas dimensões tende a reproduzir práticas excludentes e a fragilizar o cuidado ofertado. Como apontam Raimondi, Moreira e Barros (2019), a invisibilização dessas temáticas contribui para a naturalização de violências institucionais e para a manutenção de desigualdades no acesso e na qualidade dos serviços de saúde.

Além disso, conforme argumenta Seffner (2011), a escola — e, por extensão, a universidade — é um espaço privilegiado de produção e reprodução de normas sociais, sendo fundamental que os processos formativos problematizem discursos e práticas que sustentam

desigualdades. Semelhantemente, destacam que a ausência de abordagens críticas sobre diversidade sexual e de gênero nos processos educativos contribui para o silenciamento e a marginalização de determinados grupos, reforçando a necessidade de uma formação comprometida com os direitos humanos.

A recente proposta de atualização das DCNs (ABEN, 2018) representa um avanço ao explicitar a necessidade de valorização da diversidade e da promoção de práticas inclusivas. Ainda assim, sua efetivação dependerá da capacidade das instituições de ensino em traduzir essas diretrizes em práticas curriculares concretas.

Estudos como os de Leiria et al. (2024) e Penha Conceição et al. (2024), bem como o documento produzido pela Associação Brasileira de Enfermagem (ABEN) de 2018, sinalizam avanços ao explicitar a valorização da diversidade e a promoção de práticas inclusivas na nova proposta de DCN para os cursos de Enfermagem que segue em tramitação. Contudo, sua efetivação dependerá da capacidade das instituições de ensino de traduzirem tais princípios em práticas curriculares concretas, integrando ensino, pesquisa e extensão. Nesse sentido, a articulação entre educação inclusiva e formação em enfermagem exige não somente a inserção de conteúdos específicos, mas a reconfiguração das práticas pedagógicas, a problematização das relações de poder e o fortalecimento de abordagens intersetoriais, orientadas pela garantia de

Dessa forma, a consolidação de uma formação em enfermagem verdadeiramente inclusiva implica reconhecer a centralidade das diferenças como constitutivas do processo educativo, incorporando uma leitura crítica das incidências das desigualdades sociais e das múltiplas formas de exclusão, de modo a promover práticas profissionais éticas, críticas e socialmente comprometidas.

A formação de docentes em enfermagem para atuar com a temática LGBTQIAPN+ constitui um eixo estratégico para a transformação dos processos formativos. À luz das DCNs para os cursos de Enfermagem (Brasil, 2001), que orientam a formação de profissionais comprometidos com a integralidade do cuidado, a equidade e o respeito à diversidade, a atuação docente assume papel central na mediação entre os princípios normativos e sua efetiva concretização nas práticas pedagógicas. Nessa direção, a incorporação de discussões sobre diversidade sexual, identidade de gênero e garantia de direitos não se configura como um conteúdo acessório, mas como dimensão constitutiva da formação em saúde.

Lima et al. (2021) destacam que professores preparados para abordar diversidade, equidade e direitos humanos desempenham papel fundamental na formação de profissionais

sensíveis às desigualdades em saúde. Entretanto, estudos recentes como os de Silva et al. (2023) evidenciam que muitos docentes ainda relatam insegurança, lacunas conceituais e ausência de preparo para trabalhar essas temáticas, refletindo tanto fragilidades na formação inicial quanto a limitada inserção desses conteúdos nos currículos.

Castanho (2002) e Batista (2005), em estudos clássicos em educação em saúde, ressaltam que a docência nesse campo ainda é marcada por uma forte centralidade técnico-assistencial, com insuficiente investimento na formação pedagógica dos docentes. Nesse sentido, Mattia e Arruda Teo (2022) apontam a necessidade de reconfiguração dos processos formativos, incorporando abordagens críticas, interprofissionais e territorializadas, capazes de articular ensino, serviço e comunidade. As autoras afirmam que a formação docente em saúde exige a integração entre saberes técnicos, pedagógicos e ético-políticos, especialmente diante da complexidade das demandas sociais e da persistência das desigualdades.

No que se refere especificamente à abordagem da diversidade e da garantia de direitos, Silva et al. (2023) indicam que a ausência de uma formação pedagógica sistematizada dificulta a problematização de temas como preconceito, discriminação e violências institucionais, contribuindo para a sua naturalização no cotidiano acadêmico e profissional. Assim, a lacuna formativa não se restringe ao domínio de conteúdos, mas envolve a capacidade de conduzir processos educativos críticos, de mediar conflitos e de promover espaços de diálogo e reflexão, como apontam Castanho (2002) e Batista (2005).

Mattia e Arruda Teo (2022) compreendem que a consolidação de práticas formativas mais inclusivas no ensino superior em saúde exige um deslocamento da lógica de inserção de conteúdos para uma perspectiva de transformação das práticas pedagógicas e das relações institucionais. Isso implica fortalecer a formação pedagógica dos docentes, articular ensino, extensão e políticas públicas e promover experiências formativas em contextos reais de atuação, orientadas pela intersectorialidade e pela garantia de direitos.

Assim, reconhecer a docência em enfermagem como prática pedagógica, ética e política torna-se fundamental para a construção de processos formativos comprometidos com a equidade, a inclusão e a transformação social, contribuindo para a formação de profissionais capazes de atuar de forma crítica e responsável frente às desigualdades em saúde.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa de carácter exploratório, e de natureza aplicada. A escolha da abordagem justifica-se pelo objetivo de mapear as percepções

dos docentes acerca da diversidade sexual e de gênero, por meio da análise de dados estruturados obtidos por meio de um questionário online.

O estudo foi realizado em uma instituição privada de ensino superior localizada no ABC Paulista, no estado de São Paulo, que oferece cursos na área da saúde. A instituição apresenta porte médio e tem como proposta pedagógica a formação técnico-científica aliada à formação humanística, conforme preconizado em seu Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e no Projeto Pedagógicos de Curso de Enfermagem (PPC) que atualmente conta com 50 docentes no curso de Enfermagem, distribuídos entre disciplinas teóricas, práticas e estágios supervisionados.

O instrumento de coleta de dados foi um questionário estruturado, elaborado com base em referenciais teóricos relacionados à diversidade sexual e de gênero, educação inclusiva e formação docente. A construção do instrumento foi fundamentada em estudos e documentos que abordam a formação em saúde e a inclusão da população LGBTQIAPN+, destacando-se autores como Silva e Rasera (2024), Domene e Miskolci (2022) e Ceccim e Feuerwerker (2004), além de diretrizes normativas definidas pela DCNs para o curso de Enfermagem (Brasil, 2001).

A análise foi realizada por meio da análise temática, conforme proposto por Rosa e Mackedanz (2021), com o objetivo de identificar padrões de resposta e enriquecer a interpretação dos dados quantitativos, sem caracterizar aprofundamento qualitativo.

10

Ressalta-se que todos os participantes foram informados sobre os objetivos, riscos e benefícios da pesquisa e consentiram sua participação por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), garantindo-se anonimato, confidencialidade e liberdade de desistência. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), sob o Parecer nº X.XXX.XXX.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise das respostas foi conduzida a partir da análise temática, considerando tanto a recorrência quanto a relevância dos conteúdos expressos pelos participantes. Ao longo da análise foram apresentados excertos representativos das respostas dos professores participantes da pesquisa, com a finalidade de evidenciar os temas significativos que sustentam a interpretação analítica desenvolvida.

As demandas sobre a necessidade de a instituição promover ações educativas institucionais, como palestras, rodas de conversa, encontros formativos e eventos voltados à diversidade sexual e de gênero, foi uma das demandas evidenciadas pelos professores.

Os participantes destacaram que essas iniciativas contribuem para a sensibilização, o esclarecimento de dúvidas e a redução de preconceitos, além de favorecerem a construção de um ambiente acadêmico mais acolhedor e respeitoso. Nesse sentido, alguns docentes relataram:

[...] propor ações de extensão que sejam direcionadas a orientações, abordagem e conduta do profissional de forma respeitosa (P₂)

[...] desenvolver atividades de escuta das necessidades de pessoas trans e intersexo para que os alunos possam ir além de conhecimento técnico e possam ter experiências e vivências com estas pessoas (P₄)

[...] realizar debates na instituição sem julgamentos sobre a população LGBT (P₉)

[...] aprimorar a divulgação da visão da instituição sobre o assunto (P₁₃)

[...] criação de grupo de apoio e escuta envolvendo alunos e professores sobre as suas dúvidas sobre a temática (P₁₇)

[...] propor eventos institucionais com o propósito de esclarecer e apresentar a diversidade e o convívio com a diferença (P₂₄)

Essas falas evidenciam que os participantes percebem as atividades educativas como estratégias fundamentais para ampliar o conhecimento sobre diversidade e fortalecer práticas institucionais inclusivas. Embora tais dispositivos sejam reconhecidos como importantes para a construção de espaços de diálogo, sua centralidade pode indicar uma tendência à externalização do tema, frequentemente tratado como evento pontual, em detrimento de sua incorporação estruturada no currículo.

11

Conforme apontam Raimondi, Moreira e Barros (2019), a abordagem dessas temáticas no campo da saúde tende a permanecer no âmbito do chamado “currículo oculto”, sendo tratada de forma periférica, limitando seu potencial transformador. Assim, os dados sugerem que, embora haja reconhecimento da importância do tema, ainda há necessidade de avançar de ações episódicas para estratégias pedagógicas integradas e contínuas.

A formação e capacitação de docentes e colaboradores é um outro tema amplamente citado. Para os participantes a necessidade de formação continuada para docentes e colaboradores. Os participantes ressaltaram a importância de capacitações que ofereçam maior preparo teórico e prático para lidar com questões relacionadas à diversidade sexual e de gênero no cotidiano acadêmico, especialmente na mediação de conflitos, no acolhimento de estudantes e na utilização de linguagem inclusiva. Entre as falas, destacam-se:

[...] realizar palestras educativas com os alunos e docentes, adotar regras e medidas para não ocorrer descriminalização em ambiente educacional (P₇)

[...] promover reuniões informativas e formativas para professores (P₉)

[...] treinamento para toda a equipe e palestras para os colaboradores (P₁₀)

[...] divulgar as normas institucionais (P₁₂)

[...] realizar atividades, palestras e discussões com foco no respeito (P18)

[...] criação e a capacitação de normas institucionais para o combate da discriminação (P20)

Essas respostas demonstram que parte dos docentes reconhece limitações em sua formação para abordar a temática, reforçando a necessidade de políticas institucionais voltadas à educação permanente.

Esse achado dialoga com o que Batista (2005) destaca, que historicamente a formação está marcada pela centralidade técnico-assistencial e pela fragilidade na dimensão pedagógica. Nesse sentido, a demanda por capacitação não se restringe ao domínio conceitual, mas envolve a construção de competências pedagógicas, éticas e comunicacionais.

O respeito às diferenças emergiu como um princípio fundamental nas respostas dos participantes. Os docentes destacaram que atitudes empáticas, acolhedoras e baseadas no respeito são essenciais para a construção de um ambiente educacional inclusivo, indo além de ações pontuais ou normativas formais. Algumas falas ilustram essa percepção:

[...] garantir o respeito para todos e todas (P2)

[...] promover educação em direitos humanos, para garantir o respeito, acrescido das demais intersecções ao grupo de pessoas LGBTQIAPN+ como o tema sobre negritude (P8)

[...] garantir que devemos ser intolerantes a qualquer forma de discriminação cometida por profissional ou por aluno (P10)

[...] manter o respeito e cuidado para todas as pessoas (P12)

[...] manter o respeito visando a capacidade de interação e de trabalho, promover a igualdade sem discriminação (P22)

Esse tema aparece como base ética para a convivência institucional e para o fortalecimento de uma cultura educacional mais equitativa. Nesse sentido, conforme discutem Leiria et al. (2024), a ausência de uma abordagem estruturada sobre diversidade nos currículos da área da saúde tende a deslocar a responsabilidade para o plano individual, esvaziando a dimensão política e institucional da inclusão. Assim, o respeito, embora fundamental, não se configura como estratégia suficiente para o enfrentamento das desigualdades, sendo necessário articulá-lo a práticas pedagógicas críticas e a políticas institucionais consistentes.

Diversos docentes apontaram a necessidade de políticas institucionais claras, bem como normas e protocolos que orientem o enfrentamento de situações de discriminação ou desrespeito no ambiente acadêmico. As respostas indicam uma percepção de fragilidade quanto à formalização, divulgação e aplicação dessas políticas no contexto institucional. Entre as falas apresentadas pelos participantes, destacam-se:

[...] adequação de banheiros, cartazes e pôsteres contra o preconceito, incentivo à leitura e aprimoramento sobre a temática e a promoção de atividades que oportunizem conhecer e vivenciar experiências diferentes (P17)

[...] organizar jornadas sobre os direitos da população LGBTQIAPN+ (P19)

[...] elaborar medidas disciplinares quando ocorrer situações de desrespeito, preconceito e discriminação (P23)

[...] explanar mais sobre as temáticas LGBTQIAPN+ nas aulas, divulgar as datas que possam ser importantes para a comunidade, promover ações educativas em datas como no dia internacional contra homofobia (P24)

Essas falas evidenciam a demanda por maior respaldo institucional e por diretrizes que orientem a comunidade acadêmica no enfrentamento de práticas discriminatórias. Esse cenário corrobora a análise de Penha Conceição et al. (2024), que indicam que a formação em Enfermagem ainda enfrenta desafios para se alinhar plenamente às demandas contemporâneas das instituições de saúde, especialmente no que se refere à promoção da equidade e da inclusão. Assim, os dados sugerem que a construção de ambientes educacionais inclusivos depende não somente de iniciativas pedagógicas, mas também de um compromisso institucional estruturado, que articule políticas, práticas e cultura organizacional.

Os desafios para uma prática de valorização das diferenças é outro aspecto relevante identificado foi a aparente falta de compreensão sobre conceitos centrais sobre a população LGBTQIAPN+. Alguns docentes indicam ser necessário valorizar determinados aspectos —

13

[...] prevalecer a ética profissional, orientada pelo respeito à dignidade humana, ao reconhecimento das diferenças (P1)

[...] garantir um cuidado qualificado a todos os sujeitos, independentemente de pertencimentos sociais, identidades ou modos de vida (P6)

[...] no campo da saúde, torna-se fundamental qualificar o acolhimento e o cuidado, reconhecendo singularidades, necessidades específicas e diferentes dimensões envolvidas no atendimento (P11)

[...] oferta de uma atenção respeitosa, ética e tecnicamente qualificada, capaz de articular aspectos biológicos, subjetivos e sociais, sem desconsiderar a identidade, a experiência e os direitos dos sujeitos (P16)

[...] fortalecer práticas inclusivas e de valorização da diversidade depende de um processo contínuo de sensibilização, formação e reflexão crítica, tanto no âmbito institucional quanto nas relações sociais mais amplas (P21)

Dessa maneira, entendemos que as expressões de discordância ou resistência à abordagem da temática LGBTQIAPN+ no ambiente acadêmico evidenciam a presença de diferentes percepções entre os docentes e reforçam a necessidade de ampliar os espaços de diálogo e formação.

Conforme destacam Raimondi, Moreira e Barros (2019), tais tensões são frequentemente produzidas no interior dos processos formativos, nos quais a ausência de abordagem crítica contribui para a naturalização de discursos excludentes. Dessa forma, os dados evidenciam que os desafios não se restringem à falta de informação, mas envolvem a necessidade de problematização das concepções e valores que sustentam as práticas pedagógicas, reforçando a importância de espaços formativos que promovam reflexão crítica e transformação institucional.

A análise das respostas discursivas dos docentes indica existir reconhecimento da importância da temática da diversidade sexual e de gênero no ambiente acadêmico, porém ainda com limitações na sua incorporação prática. De forma geral, os participantes destacaram a necessidade de ampliar ações institucionais voltadas à inclusão, como a realização de palestras, rodas de conversa e espaços de diálogo.

Conforme relatado por um dos participantes, “a instituição poderia promover mais palestras e rodas de conversa para discutir a diversidade e orientar melhor docentes e alunos” (P1). Esse tipo de fala demonstra que, embora exista sensibilização inicial, ainda há demanda por estratégias mais estruturadas de formação e discussão. Além disso, emergem nas falas dos docentes elementos relacionados à importância do respeito, da ética e da equidade nas relações acadêmicas, indicando uma valorização dos princípios inclusivos, ainda que nem sempre acompanhada de práticas efetivas. Como apontam Raimondi, Moreira e Barros (2019), observa-se que os participantes reconhecem a relevância do tema, mas apontam a necessidade de maior preparo para sua abordagem no cotidiano.

Outro aspecto identificado refere-se à necessidade de fortalecimento de políticas institucionais e ações contínuas de capacitação docente. As respostas indicam que iniciativas isoladas não são suficientes, sendo necessário um movimento institucional mais consistente, que promova formação permanente e suporte pedagógico aos docentes, corroborando com as afirmações de Mattia e Arruda Teo (2022).

Verifica-se que os dados qualitativos reforçam os achados quantitativos, evidenciando uma contradição entre o reconhecimento da importância da temática e a dificuldade em sua aplicação prática. Essa lacuna sugere que a inclusão da diversidade sexual e de gênero no ensino em Enfermagem, como no estudo promovido por Raimondi, Moreira e Barros (2019), também ocorre de forma incipiente, dependente, muitas vezes, de iniciativas individuais dos docentes.

Dessa maneira, os relatos apresentados anteriormente apontam para a necessidade de estratégias institucionais mais estruturadas, que incluam formação continuada, espaços de

escuta e desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas, contribuindo para a construção de um ambiente acadêmico mais acolhedor e alinhado aos princípios da equidade e dos direitos humanos, como apontam Ceccim e Feuerwerker (2004).

Do ponto de vista analítico, os dados apresentados dialogam diretamente com o que a literatura tem identificado como um descompasso entre diretrizes normativas e práticas formativas no campo da saúde. Conforme apontam Vieira et al. (2020), as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Enfermagem (Brasil, 2001) estabelecem princípios orientados pela integralidade, equidade e compromisso social, mas sua efetivação depende da capacidade institucional de traduzir tais diretrizes em práticas pedagógicas concretas. Nesse sentido, o reconhecimento da importância da temática pelos docentes, sem sua correspondente incorporação prática, evidencia justamente essa dificuldade de operacionalização no cotidiano formativo.

Além disso, a presença de demandas por mais espaços de diálogo e formação remete ao debate sobre o chamado “currículo oculto”, no qual valores, normas e práticas não formalizados acabam por orientar a formação dos profissionais. Raimondi, Moreira e Barros (2019) destacam que, no campo da saúde, questões relacionadas a gênero e sexualidade frequentemente permanecem à margem do currículo formal, sendo tratadas de maneira implícita, fragmentada ou mesmo silenciada, contribuindo para a reprodução de desigualdades e para a fragilização da integralidade do cuidado.

A necessidade de formação continuada e de suporte pedagógico também pode ser compreendida à luz das discussões sobre desenvolvimento docente na área da saúde. Batista (2005) já apontava que a formação de professores nesse campo historicamente privilegia o domínio técnico em detrimento da dimensão pedagógica, o que se reflete na dificuldade de abordagem de temas complexos e socialmente sensíveis. Os dados analisados indicam que essa questão permanece atual, especialmente quando se trata da inclusão da diversidade sexual e de gênero nos processos formativos.

Corroborando essa análise, estudos mais recentes evidenciam que a presença da temática LGBTQIAPN+ nos currículos dos cursos da área da saúde ainda é incipiente e pouco sistematizada. Leiria et al. (2024) demonstram que, mesmo com avanços normativos ao longo das últimas décadas, a inclusão dessas discussões nas Diretrizes Curriculares e nos currículos efetivos ainda ocorre limitadamente, contribuindo para a manutenção de lacunas na formação dos profissionais.

De maneira semelhante, Penha Conceição et al. (2024) destacam que a formação do enfermeiro ainda enfrenta desafios para se alinhar plenamente às demandas contemporâneas das instituições de saúde, especialmente no que se refere à atenção a populações diversas e à incorporação de perspectivas inclusivas. A análise dos dados permite compreender que a aparente contradição entre reconhecimento e prática não se configura como um problema individual dos docentes, mas como expressão de um cenário mais amplo, como indicam Ceccim e Feuerwerker (2004), marcado por lacunas estruturais na formação em saúde.

Por fim, as falas dos participantes não somente indicam necessidades formativas, mas também evidenciam a urgência de reconfiguração dos processos educativos, de modo a integrar, de forma sistemática, o debate sobre diversidade, direitos humanos e equidade, contribuindo para a construção de práticas profissionais mais críticas, éticas e socialmente comprometidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa apresenta resultados que evidenciam uma tendência já apontada na literatura, que há reconhecimento da importância da temática da diversidade sexual e de gênero na formação em saúde, em especial na enfermagem, porém sua incorporação nos processos formativos ainda ocorre de maneira incipiente, fragmentada e, muitas vezes, dependente de iniciativas individuais dos docentes.

16

Em relação ao cumprimento dos objetivos, entende-se que o estudo conseguiu mapear as percepções dos professores sobre o tema e identificar aspectos relevantes ligados à formação docente, às práticas pedagógicas e ao suporte institucional. O objetivo geral foi atingido ao ser possível destacar tanto a importância do tema quanto as dificuldades em sua implementação no ambiente acadêmico.

Os resultados também indicam tendências importantes para o campo, especialmente a necessidade de fortalecimento da formação pedagógica dos docentes da área da enfermagem, de institucionalização de políticas de inclusão e de integração entre ensino, extensão e políticas públicas. Nesse sentido, evidencia-se que a superação das lacunas identificadas não depende somente da inserção de conteúdos, mas da reconfiguração dos processos formativos e das relações institucionais.

Por fim, apontam-se como perspectivas para estudos futuros a realização de pesquisas com abordagem qualitativa ou mista, que possibilitem maior aprofundamento das experiências docentes, bem como investigações que ampliem a diversidade de contextos analisados. Sendo assim, esta pesquisa reafirma que a incorporação da diversidade sexual e de gênero na formação

em Enfermagem não é somente uma demanda acadêmica, mas uma exigência ética, política e social.

REFERÊNCIAS

ABEN. Associação Brasileira de Enfermagem. **4ª minuta das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem (DCN/ENF)**, 2018.

BATISTA, N. A. Desenvolvimento docente na área da saúde: uma análise. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 3, n. 2, p. 283-294, set. 2005.

BRASIL. Ministério da Educação (Brasil). Resolução CNE/CES nº. 3, de 7/11/2001. **Institui Diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação em enfermagem**. Brasília: Ministério da Educação, 2001.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

CARVALHO, P. H. de; SILVA, D. de O.; PORCINO, C.; FRANÇA, L. O. de; CRUZ, W. S. da; SUTO, C. S. S.; OLIVEIRA, J. F. de; COUTO, P. L. S.; SENA, E. L. da S.; CRUZ, M. C. V.; JESUS, M. E. F. de. Desafios enfrentados por profissionais da atenção primária no cuidado à saúde de pessoas LGBTQ+. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, São José dos Pinhais, v. 17, n. 9, p. 1-20, 2024.

CASTANHO, M. E. Professores de Ensino Superior da área da Saúde e sua prática pedagógica. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 6, n. 10, p. 51-61, fev. 2002.

CECCIM, R. B.; FEUERWERKER, L. C. M. O quadrilátero da formação para a área da saúde: ensino, gestão, atenção e controle social. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 41-65, 2004.

DANTAS, J. E. F.; SILVA, B. D.; COSTA, J. Y. V.; OLIVEIRA, J. R. de; SANTOS, R. L. dos. Enfermagem e a saúde da população LGBTQIA+: preconceitos, estigmas e desafios no ensino. **Revista Eletrônica Extensão em Debate**, v. 12, n. 14, 2023.

DOMENE, F. M.; MISKOLCI, R. Saúde da população LGBTQIA+: revisão de escopo rápida da produção científica brasileira. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 10, p. 3835-3848, 2022.

FERREIRA, B. de O.; NASCIMENTO, M. Saúde e população LGBTQIAPN+: desafios e perspectivas. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, n. 10, p. 3825-3834, out. 2022.

LEIRIA, M.; FLORES, J. M.; TESSER JUNIOR, Z. C.; OLIVEIRA, D. C. de; MORETTI-PIRES, R. O. As pessoas LGBTI+ nas DCN dos cursos de saúde no Brasil, 2001-2023. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 48, n. 3, 2024.

LIMA, A. C. S. de; ALVES, M. J. H.; PEREIRA, E. V., PEREIRA, A. P.; ALBUQUERQUE, G. A.; BELÉM, J. M. Gênero e sexualidade na formação de enfermeiros no ensino superior

público brasileiro: estudo documental. **Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro**.11:e3877, Julho de 2021.

LIMA, A. K. de A.; GOUVEIA, R. B. D. A.; NETO, J. C.; BELÉM, J. M.; VIEIRA, N. R.; MAGALHÃES, B. de C.; ALBUQUERQUE, G. A.. Saúde da população LGBT: o que tem pesquisado a enfermagem brasileira na pós-graduação stricto sensu? **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, v. 19, n. 40, p. 1-27, jan./dez. 2024.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 2003.

MATTIA, B. J.; ARRUDA TEO, C. R. P. Formação de professores na área da saúde: desafios e possibilidades da professoralidade. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 11, n. 6, p. e56511629634, 2022.

PENHA CONCEIÇÃO, S. M.; SILVA, N. B.; PERES PINTO, J.; ALONSO, B. P.; VIEIRA, R. de C. J.; COIADO, C. R. P. A formação do enfermeiro está alinhada ao contexto contemporâneo e expectativas das instituições de saúde?. **Revista Enfermagem Atual In Derme**, v. 98, n. 2, p. e024340-e024340, 2024.

RAIMONDI, G. A.; MOREIRA, C.; BARROS, N. F. de. Gêneros e sexualidades na educação médica: entre o currículo oculto e a integralidade do cuidado. **Saúde e sociedade**, v. 28, p. 198-209, 2019.

ROSA, L. S. da; MACKEDANZ, L. F. A análise temática como metodologia na pesquisa qualitativa em educação em ciências. **Atos de Pesquisa em Educação**, [S. l.], v. 16, p. e8574, 2021.

SEFFNER, F. A escola e a diversidade sexual: desafios para uma educação inclusiva. **Educação & Realidade**, v. 36, n. 1, p. 157-172, 2011.

SILVA, C. F.; BEZERRA, S. J. B.; MAGALHÃES, B. de C.; SILVA, M. M. de O.; CALOU, C. G. P.; QUIRINO, G. da S.; ALBUQUERQUE, G. A. Domínios das competências essenciais de promoção da saúde LGBT na formação acadêmica de enfermagem. **Rev Contexto Saúde**, v. 23, n. 47, p. e13659, 2023.

SILVA, D. M. da; ALMEIDA, D. H. de. O olhar da enfermagem no contexto do atendimento à saúde da população LGBTQIA+. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 47, n. especial 1, e9071, 2023.

SILVA, J. M. N.; RASERA, E. F. Gênero e sexualidade no currículo dos cursos de graduação em saúde coletiva. **Saúde Soc.** São Paulo, v.33, n.1, e220037pt, 2024.

VIEIRA, M. A.; LIMA, C. D. A.; MARTINS, A. C. P.; DOMENICO, E. B. L. D. Diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação em enfermagem: implicações e desafios. **Rev. Pesqui.(Univ. Fed. Estado Rio J., Online)**, p. 1099-1104, 2020.